

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA OBRAS DE DEMOLIÇÃO

(Capítulo I e n.º 23 da Portaria 113/2015 de 22 de abril e artigo 34º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação)

5.1. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS (Selecione a caixa correspondente ao documento)

- Os elementos que instruem o pedido deverão ser organizados pela ordem indiciada no presente modelo de instrução.
- O processo deverá ser apresentado também e obrigatoriamente, em suporte digital conforme o edital n.º51/2015 da Câmara Municipal de Alter do Chão;
- Este documento faz parte integrante do modelo de requerimento da Câmara Municipal de Alter do Chão.
- As presentes instruções são meramente indicativas e não dispensam a entrega dos documentos legalmente exigíveis nem a consulta da legislação aplicável.

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, se aplicável;

Ficha de elementos estatísticos (Q3) previstos na Portaria n.º 135/2013, de 24 de julho;

Fotocópia da Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, caso não tenha indicado código de acesso à certidão permanente do registo predial;

Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação do pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor;

OU

Indicação do respetivo procedimento administrativo;

Acompanhado de:

Declaração dos autores e coordenadores dos projetos de que aquela respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17º do RJUE, se o requerente estiver a exercer a faculdade prevista no n.º 6 do artigo 4º do RJUE;

Indicação do respetivo procedimento administrativo

caso a operação seja abrangida por operação de loteamento;

Pareceres, autorizações ou aprovações das entidades externas cuja consulta seja obrigatória nos termos da Lei, se aplicável;

Memória descritiva contendo:

Área objeto do pedido;

Caracterização da operação urbanística;

Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;

Justificação das opções técnicas e da integração e paisagística da operação;

Descrição da utilização futura do terreno;

- Estimativa do custo total da obra;**
- Calendarização da execução da obra**, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;
- Planta de localização fornecida pela Câmara Municipal ou planta de localização à escala 1:1000**, com a delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento, indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município;
- Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos**, incluindo o projeto de estabilidade ou de contenção de construções adjacentes, se necessário;
- Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização da obra**, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto no Anexo III, III da Portaria 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, acompanhado de:
 - Cópia do documento de identificação do diretor de fiscalização de obra;
 - Declaração válida da associação profissional do diretor de fiscalização de obra;
- Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de obra**, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto no Anexo III, III da Portaria 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, acompanhado de:
 - Cópia do documento de identificação do diretor de obra;
 - Declaração válida da associação profissional do diretor de obra;
- Número do alvará, ou de registo, ou número de outro título habilitante emitido pela InCI, I.P.**

que confira habilitações adequadas à natureza ou valor da obra;
- Declaração do titular do alvará/registo**, de acordo com o modelo MOD-TDR.01.01;
- Certidão emitida pelo InCI** que comprove que o técnico, designado pela empresa responsável pela execução da obra para assegurar as funções de diretor de obra, integra o quadro técnico registado no InCI;
- Declaração que comprove a integração no quadro de pessoal da empresa do responsável pela execução da obra**, se for caso, através da declaração de remunerações conforme entregue na segurança social, referente ao último mês, se titulado por alvará;
- Termo de responsabilidade subscrito pelo empresário ou representante legal da empresa**, se titulado por registo;
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidente de trabalho**, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro;
- Livro de obra**, com menção de abertura;
- Plano de segurança e saúde**, acompanhado de:
 - Termo de responsabilidade nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;

Indicação da entidade gestora dos resíduos de construção e demolição (RCD);

Pede deferimento;

Alter do Chão, _____ de _____ de _____

O(s) requerentes: _____

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

A assinatura do(s) requerentes foi confirmada pela exibição do documento de identificação

N.º documento _____ data de validade ____/____/____

N.º documento _____ data de validade ____/____/____

O pedido está instruído com os elementos supra indicados pelo requerente.

Existem deficiências ou omissões na instrução do pedido, tendo sido informado o requerente do provável pedido de aperfeiçoamento. Contudo, por sua insistência, foi aceite.

OBSERVAÇÕES

O Técnico de atendimento _____

Data ____/____/____